

A FAMÍLIA GALVÃO DE FRANÇA E AS FAMÍLIAS DE SEUS ESCRAVOS: AS MÚLTIPLAS ESTRATÉGIAS DE ORGANIZAÇÃO FAMILIAR DE LIVRES E CATIVOS EM ITU, 1790-1830

Carlos de Almeida Prado Bacellar¹

Universidade de São Paulo

A última década do século XVIII foi marcada, no contexto do mundo atlântico, pela drástica quebra na oferta de açúcar no mercado europeu após a revolta na ilha caribenha de Saint Domingue. Nesse contexto, a demanda por fontes alternativas de produção açucareira ampliou as oportunidades de produção na América portuguesa, incentivada por preços elevados. Subitamente tornou-se viável ampliar a produção de açúcar em áreas periféricas da América portuguesa, a exemplo da capitania de São Paulo, que até então não participavam desse mercado.

As terras situadas a oeste da cidade de São Paulo foram o ambiente para a rápida expansão das lavouras de cana-de-açúcar neste final de século XVIII. Solos e clima propícios, e uma relativa proximidade do porto de Santos serviram de estopim para um rápido crescimento dessa cultura, com diversos novos engenhos açucareiros sendo instalados². Diversas vilas do Oeste paulista transformaram-se em polos açucareiros, e dentre elas a principal foi Itu (Cf. Petrone, 1968, e Bacellar, 1997). Em tal contexto, nossa atenção se volta para analisar um fenômeno bastante recorrente em função do crescimento econômico do Oeste paulista: o da migração. Atraídos pela crescente nova

¹ Pesquisador em Produtividade 1-D CNPq. Professor de Departamento de História e pesquisador do CEDHAL, FFLCH/USP. Esse texto é resultado do projeto em produtividade em pesquisa CNPq 1-D “História da família e regimes demográficos em uma vila colonial paulista: Itu, 1684-1890 (Fase 2)”.

² Em 1798 havia em Itu 61 engenhos, que produziram 46.667@ de açúcar. Apenas dez anos mais tarde, já eram 114 engenhos e uma safra de 82.297@.

riqueza, indivíduos e famílias tomaram o rumo das férteis terras na nova região açucareira, em busca de fortuna. Alguns, com maiores posses, sonhavam em se tornarem senhores de engenhos. É um fenômeno que ocorreu com certa intensidade no período açucareiro paulista, e que depois ganhará ainda maiores dimensões quando da explosão do café na região.

Nossa observação será voltada para uma família específica, os Galvão de França. Naturais da vila de Guaratinguetá, no vale do Paraíba paulista³, constituíam uma abastada família que, durante a segunda metade do século XVIII, tem alguns de seus membros migrando para outras regiões da capitania. Acompanharemos, assim, a trajetória do jovem José Galvão de França e seus filhos⁴. Nascido em 1734, casou-se em 1758 com Maria Xavier de Barros, moradora de Santana de Parnaíba, e aparentemente nesta se radicou, uma vez que seu primeiro filho, Antônio, ali nasce no ano seguinte. Até 1764/65 ali permanecem e nascem outros filhos, mas a partir de 1765 os filhos passaram a ser registrados em Guaratinguetá, indicando que a família aparentemente retornara para suas origens.

O patriarca falece na mesma vila de Guaratinguetá por volta de 1782, o que provavelmente ajudou na decisão familiar de migrarem para a promissora vila de Itu, situada a oeste da cidade de São Paulo e a 270 km de Guaratinguetá. Não conseguimos elementos que comprovassem qual era o patrimônio fundiário herdado pelos irmãos, mas é plausível supor que o devam ter vendido quando da decisão de mudar de ares. O certo é que, por volta de princípios da década de 1790, os irmãos Antônio, José, Francisco, João, Ana e Joaquim começam aos poucos a surgir recenseados na vila de Itu, assim como a mãe, Maria Xavier de Barros, já então viúva.

³ Situada ao norte da cidade de São Paulo, desta dista cerca de 185 km.

⁴ José Galvão de França era filho de Antônio Galvão de França e Isabel Leite de Barros, e teve como um de seus diversos irmãos o Santo Frei Galvão, o primeiro santo brasileiro. O pai de José, Antônio Galvão de França, natural de Faro, Portugal, chegou a ser capitão-mor de Guaratinguetá, atestando o prestígio da família naquela localidade.

O que se intenciona, aqui, é investigar as estratégias dessa família. Ainda preliminar, pois ainda temos diversas lacunas documentais. Primeiro, buscar desvendar a lógica de atuação dessa grande irmandade, que migra no estado de solteiros e vão buscar seus cônjuges em seu destino, Itu. Propõe-se discutir se agiram ou não em consonância, dentro de um espírito de unidade familiar. Com quem se casaram, que vínculos estabeleceram com a elite local? Ao mesmo tempo, há a possibilidade de acompanhar, ao longo dos anos, as trajetórias desses irmãos e, também, observar seus escravos. Todos os cinco irmãos se estabeleceram como importantes proprietários de engenhos de açúcar e suas escravarias. Seria possível, assim, detectar práticas similares em termos de formação de famílias escravas, compadrio, reprodução da força de trabalho? Haveria, em última instância, a observação de um padrão familiar de tratamento de seus escravos, ou não? Cada uma dessas indagações é ampla e complexa, e o que se propõe nas linhas que se seguem é desenhar as primeiras observações de uma futura análise mais profunda. Ao tocar, mesmo que de maneira ainda preliminar, nessas questões, tencionamos demonstrar a possibilidade de análises no nível micro, que permitam melhor compreender as estratégias dessa família.

A primeira menção da presença dos Galvão de França em Itu surge na lista nominativa de habitantes de 1794⁵. Os irmãos Francisco, de 36 anos, e Joaquim, de 25, aparecem casados respectivamente com Ana, de 18 anos, e Maria, de 14 anos, duas irmãs. Joaquim havia se casado no mês de agosto do mesmo ano, mas o matrimônio de Francisco havia sido em 1790; não simultâneos, portanto. Pouco a pouco, os demais irmãos contraem matrimônio, também em Itu: João (1795), José (1797) e Antônio, o mais tardio (1807). Das duas irmãs Galvão de França, uma, Gertrudes, teve paradeiro desconhecido, e Ana se casa em data desconhecida com o ituano Manuel de Campos e Almeida. A mãe deles, d. Maria Xavier, já viúva, se instalou em Itu por volta de 1801, quando é recenseada pela primeira vez acompanhada de seu único filho ainda solteiro, Antônio, e dez escravos. Declarava plantar canas de partido com seu filho,

⁵ As listas nominativas de habitantes, sob a guarda do Arquivo Público do Estado de São Paulo, são referência central desta análise, juntamente com as séries de registros paroquiais.

provavelmente as moendo no engenho de algum outro filho, Francisco ou Joaquim, ou da sogra destes, d. Maria Dias Leite, todos seus vizinhos.

Este primeiro registro dos irmãos Francisco e Joaquim os mostra na condição de agregados da sogra em comum, d. Maria Dias Leite, que recentemente, em 1789, ficara viúva de José de Barros Penteado, importante senhor de engenho local. Com somente 35 anos de idade, mãe de quatro filhos adolescentes e senhora de 44 escravos, herdara de seu marido um grande engenho de açúcar e viria a ter marcante presença, como autêntica matriarca, na vida de seus genros. Suas duas filhas se casaram bastante jovens: Ana de Barros tinha cerca de 14 anos ao casar com Francisco, bem mais velho, com cerca de 32 anos de idade. Sua irmã Maria Dias Leite, homônima da mãe, também se casou aos 14, tendo seu marido Joaquim 25 anos. Estes dois irmãos migrantes estavam, assim, se unindo a uma poderosa família ituana, e cabe ressaltar que o cunhado de d. Maria Dias Leite era o poderoso Antônio de Barros Penteado, homem de grande fortuna e poder, que logrará fazer de dois de seus filhos barões do Império (Bacellar, 1997: 91).

Vejamos como foram os matrimônios dos demais irmãos. João Galvão de França casou-se em 1795 com Maria Xavier de Araújo Bueno, filha de José de Barros Castanho e Ana Bueno. Este seu sogro não tem qualquer parentesco com José de Barros Penteado e, também, não tem posses significativas. Na lista de habitantes de 1792 informa possuir somente quatro escravos, e nas de 1798 e 1801 são declarados apenas três escravos, com a informação de que seu senhor “vive dos jornais de seus escravos”⁶. Vivia na área urbana, e alugava o trabalho de seus cativos, nada mais. Portanto, o casamento de João Galvão de França é com uma jovem de baixa extração social, de pais pequenos escravistas, sem terras e sem prestígio.

O quarto irmão a se casar, em 1797, foi José. Teve como esposa Maria Josefa de Cerqueira, filha do capitão José Manuel da Fonseca Leite e d. Josefa Maria de Góes, igualmente integrantes da elite açucareira local. O capitão havia falecido em 1785, e sua

⁶ As listas nominativas anuais de habitantes foram elaboradas para todas as vilas da capitania de São Paulo entre 1765 e 1836, abrangendo toda a população livre e escrava. Arquivo Público do Estado de São Paulo, Maços de População (BR SPAPESP SEGOV lisnom).

viúva possuía, em 1797, ano do matrimônio de sua filha, 44 escravos e um grande engenho de açúcar. D. Josefa era filha do Sargento-mor Antônio Pacheco da Silva, importante personagem da vila de Itu em meados do século XVIII, pai e sogro de diversos senhores de engenho locais. Portanto, um casamento de bastante prestígio.

O último irmão homem, Antônio, casou-se somente em 1807 com Ana Gertrudes de Almeida, filha de Alexandre Luís de Almeida Pedroso e Ana Jorge de Almeida Barros. Seus sogros eram proprietários de um engenho de açúcar, possuidores, na data do matrimônio da filha, de 29 escravos. Outra família da elite açucareira local.

Enfim, cabe citar a única irmã que também migrou para Itu, Ana Xavier Galvão, que se casou, em 1793, com Manuel de Campos e Almeida, filho do Sargento-mor Estanislau de Campos Bicudo e Antônia de Arruda. A união se efetivou em Guaratinguetá, vila natal de Ana, como ditava a preferência das famílias de elite de então (Bacellar, 1997: 106). Lá se casaram, mas se estabeleceram em Itu, onde a família de Manuel tinha poder econômico e prestígio: seu pai era senhor de engenho e, no ano do casamento do filho, possuía 49 cativos.

Em suma, à exceção do irmão João, todos os demais se uniram com cônjuges da elite escravista e açucareira local. E, excluindo-se os dois irmãos que se casaram dentro da mesma família, Francisco e Joaquim, não há ligações de sangue entre os cônjuges escolhidos, mas há o perfil idêntico, à exceção de João. Se os casamentos alcançados foram com a elite local, isto significa que os Galvão de França migraram com prestígio e, acima de tudo, com bens, o que lhes garantiu um matrimônio ideal. Não sabemos, contudo, que patrimônio seria este. Não foi possível investigar o que a família dispunha em Guaratinguetá, e mesmo o que teria amealhado o patriarca José Galvão de França em sua curta permanência na vila de Santana de Parnaíba. O fato é que a irmandade chegou em Itu com bens.

Por meio dos registros da paróquia de Nossa Senhora da Candelária de Itu pudemos rastrear detalhes da chegada dos irmãos. Tudo indica que Francisco foi o pioneiro, ao se casar em 1790. João também já o acompanhava, ainda solteiro, sendo

padrinho de uma criança livre no mesmo ano. Joaquim surge em 1792 apadrinhando um escravinho de propriedade de Ana Dias e, de maneira interessante, sendo acompanhado por sua futura sogra, d. Maria Dias Leite, como madrinha. Ana Dias era irmã de sua sogra. Já sua futura esposa ainda tinha somente 12 anos, talvez já estivesse prometida para casar. O seguinte irmão a aparecer nos registros é José, em 1794; aparece ao ter um casal de seus escravos apadrinhando uma criança escrava de propriedade de sua mãe. Por fim, o irmão Antônio se faz presente nos registros em 1797, sendo padrinho de seu sobrinho José, filho de João. E, também aqui, a madrinha era novamente d. Maria Dias Leite, a já citada sogra de seus irmãos Francisco e Joaquim, importante personagem, ao que tudo indica, na vida dos irmãos Galvão de França. E a mãe de todos. d. Maria Xavier, somente foi localizada nas listas de habitantes em 1801, embora um seu escravo tenha sido batizado na vila ainda em 1794. Fica claro, portanto, que a migração não se deu para concretizar de imediato o casamento, pois já surgem antes, embora já entretendo relações de compadrio. Os irmãos buscavam se instalar minimamente para, só então, concretizar a união.

Toda a família passou a ser anualmente recenseada em domicílios quase contínuos. Isso indica, a princípio, que se instalaram em propriedades contíguas, ou em uma grande propriedade que partilhavam. Antônio Galvão esteve agregado ao domicílio de sua mãe até 1806 e a partir de 1807, ao casar, ela é que passa a ser identificada como sua agregada. Os escravos que pertenciam a ela passam a ser identificados, a partir de então, como seus.

No Tombamento de Terras elaborado em 1817⁷ cada irmão informou sua propriedade fundiária como fruto de compra. Aparentemente, houve uma ação coordenada entre os irmãos e a mãe para adquirir terras vizinhas, ou talvez repartirem entre si uma propriedade única. Uma consulta aos Livros de Notas sobreviventes do

⁷ Conforme o Aviso Régio de 21 de outubro de 1817, de D. João VI, foi determinado que cada vila efetuasse o cadastro das propriedades fundiárias. Esta documentação encontra-se no Arquivo Público do Estado de São Paulo sob a denominação de Tombamento de Terras de 1817 (BR SPAPESP SEGOV regter).

tabelião de Itu demonstra que em vários momentos os irmãos estiveram comprando terras anteriormente a 1818. Em novembro de 1797, por exemplo, João vende a seu irmão Joaquim seu engenho no bairro do Cajuru, que fazia divisa com o engenho de d. Maria Dias, sogra de Joaquim⁸. Em outra curiosa escritura, datada de 1804, somos informados que a mesma d. Maria Dias Leite havia vendido, no bairro de Jundiaí, uma propriedade não explorada a seu cunhado José de Góes Pacheco. No termo lavrado em cartório, é dito que esta venda não havia sido escriturada, e a terra não havia sido trabalhada, de modo que d. Maria “ordenou a ele vendedor [José de Góes Pacheco] que as tornasse a vender”, o que não por acaso foi feito a favor de Francisco Galvão de França, genro de onipresente matriarca⁹.

Embora os registros sejam lacunares, pois muitos dos livros do Tabelião se perderam, fica-se com a impressão que os Galvão de França estavam prósperos, adquirindo mais terras e ampliando suas posses. Em data ainda não identificada, os irmãos partem para adquirir terras em regiões mais próximas à fronteira. Temos o registro de uma sesmaria obtidas mais a oeste, na freguesia de Piracicaba, em nome de Joaquim, José e de Manuel de Barros Ferraz. Conhecida como sesmaria do Morro Azul, foi vendida pelos três sócios em 1821. Na mesma freguesia, os irmãos Francisco e Antônio e alguns sobrinhos recebem sesmaria na paragem denominada Corumbataí. Uma outra sesmaria foi identificada, mais próxima da vila de Itu, no rio Capivari, em nome de João e seu cunhado José de Barros Penteado. Uma quarta sesmaria foi requerida ao norte de Itu, no distrito de Moji Mirim, requerida por Francisco, pelo irmão de seu sogro, o poderoso Antônio de Barros Penteado, e o filho deste, Bento Pais de Barros, futuro barão de Itu¹⁰. A busca por novas áreas revela que, na virada do século XVIII para XIX, as reservas de terras para o açúcar se tornavam restritas em Itu,

⁸ Livro de Notas nº 11 do Tabelião de Itu, escritura datada de 25/11/1797. Museu Republicano Convenção de Itu.

⁹ Livros de Notas nº 17 do Tabelião de Itu, escritura datada de 15/11/1804. Museu Republicano Convenção de Itu.

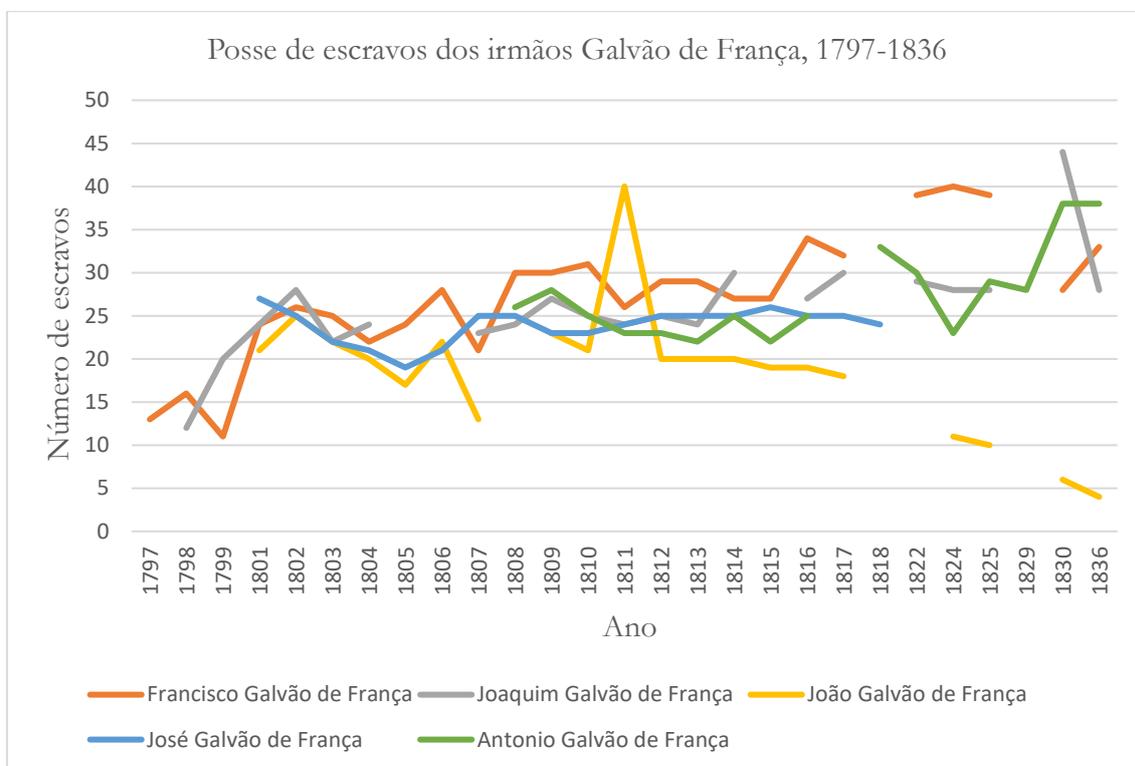
¹⁰ Todas as referências sobre estas sesmarias foram extraídas do *Repertório das sesmarias* (1994). Uma espécie de índice das sesmarias concedidas ao longo do período colonial, falha por não fornecer a data das concessões.

obrigando os grandes produtores de açúcar a recorrer a áreas mais remotas e mais distantes do porto de Santos, por onde se exportava o açúcar¹¹. A pujança do negócio açucareiro certamente incentivava a aquisição de novas propriedades.

Os dados das listas de habitantes permitem que se acompanhe, ano-a-ano, a despeito de algumas lacunas, o desempenho dos cinco irmãos na posse de escravos, sinal inequívoco de prosperidade. As linhas quebradas do Gráfico 1 não impedem que se constate que a tendência dos irmãos foi de um lento, porém constante aumento de suas posses escravas, à exceção de João, aquele que se casou com uma jovem de origem mais humilde, e que teve diminuído seu contingente de escravos ao longo dos anos.

¹¹ O aumento da distância para o porto implicava em aumento do custo do frete, impondo um limite relativamente estreito para a expansão da lavoura da cana-de-açúcar em São Paulo (Petroni, 1968).

Gráfico 1



Seja como for, os casamentos dos cinco irmãos foram bastante prolíficos, resultando em 33 filhos no total. A parceria econômica entre os irmãos, perceptível pelos engenhos vizinhos e pelas requisições de terras em sociedade, também parece se confirmar na promoção dos matrimônios da geração seguinte. Ocorreram seis casamentos entre primos-irmãos, sendo que quatro dos oitos filhos de Antônio estavam nessa condição. Além disso, há uniões que revelam estratégias de escolhas preferenciais. Duas jovens do longínquo sul brasileiro, da família Fontoura, estão entre os cônjuges, certamente revelando alianças envolvendo o negócio de compra de mulas vindas daquela região. Há, também, seis casamentos com membros da família Pacheco, de grande expressão na vila, com destaque para duas filhas e dois filhos do alferes Luciano Francisco Pacheco. Essa multiplicação da segunda geração dos Galvão de França

radicados em Itu cria algumas dificuldades à investigação, por conta da reiterada prática de repetição dos prenomes entre os primos¹².

Essa ampla nova geração dos Galvão de França, tal como ocorrera com outras famílias de senhores de engenho de Itu (Bacellar, 1997), viu-se obrigada a deixar a vila, que tinha pouco espaço livre para a instalação de novos engenhos. Uma intensa migração ocorreu em direção à fronteira agrícola a Oeste, com essa nova geração se instalando com novos engenhos de açúcar ou lavouras de café.

E quanto aos escravos? Os cinco irmãos, ao se instalarem em Itu, já surgem com um contingente de escravos razoável. Aparentemente, tais escravos vieram juntos com seus senhores, ou ao menos foram comprados logo ao se instalarem na vila. Progressivamente essa escravaria foi ampliada, graças a políticas de manejo da força de trabalho implementadas por cada irmão. Os estudos sobre a escravidão brasileira sempre reconheceram que o tráfico atlântico de escravos foi crucial para a reprodução do trabalho da grande lavoura exportadora, a exemplo da cana-de-açúcar e do café (Florentino, 1995). A reprodução vegetativa dos escravos, embora visível, não foi suficiente para manter os contingentes escravos no interior das propriedades, e menos ainda para permitir, como no caso de São Paulo, a contínua expansão geográfica da grande lavoura escravista no rumo do Oeste. A multiplicação de novas propriedades, com as novas gerações das famílias proprietárias avançando sobre terras para além da fronteira agrícola, exigia a permanente introdução de cativos africanos, a se somarem aos resultados da reprodução natural no interior das senzalas.

**Tabela 1 – Matrimônios e batismos de escravos dos irmãos Galvão de França,
1790-1830**

¹² Foram identificados: José (5 casos), Antônio (4), Francisco (3), Elias (3), Manuel (2), Joaquim (2), Luís (1) e Cândido (1). Nos documentos, em geral, surgem apenas com o sobrenome Galvão, sendo facilmente confundidos entre si e com os integrantes da geração de seus pais.

Irmãos	(1) Matrimônios	(2) Batismos crianças	(3) Batismos Adultos	2/1	3/2
Antônio GF	13	5	21	0,4	4,2
José GF	5	20	1	4,0	0,1
Joaquim GF	12	23	9	1,9	0,4
Francisco GF	16	42	17	2,6	0,4
João GF	10	12	3	1,2	0,3

A Tabela 1 permite que façamos uma primeira aproximação sobre a realidade da política senhorial dos cinco irmãos para com seus escravos. Cabe observar que, em análises anteriores, detectamos que os escravos africanos chegavam, em sua maioria esmagadora, já batizados até por volta de 1800. Não sabemos a razão para essa mudança de perfil do batismo de escravos, com fortes consequências para a disponibilidade ou não de padrinhos vivendo próximos. Deste modo, africanos surgem nos atos de batismo do local somente a partir do início do século XIX (Bacellar, 2007, 2011). A título de exemplo, Francisco Galvão de França dispunha, em 1801, de 16 africanos dentre seus 24 escravos, mas não dispomos de seus batizados.

O Gráfico 1 apontou para uma relativa proximidade da evolução das posses escravas dos cinco irmãos, mas a Tabela 1 indica práticas de gestão escrava diferenciadas¹³. José, João e Joaquim batizaram muito menos africanos do que Francisco e Antônio. Os números de matrimônios e batismos, em que pese eventuais lacunas e falhas nas séries de registros paroquiais, exibem realidades díspares. José registrou somente cinco casamentos de escravos, mas daí resultaram 20 filhos, um *rendimento* substancialmente maior que o verificado nas escravarias de seus irmãos. Antônio, em oposição, que registrou 13 casais, mas somente cinco filhos batizados.

¹³ Foram considerados, para efeito de análise, somente os batismos e matrimônios observados pelo respectivo registro paroquial, não sendo computadas as observações indiretas, via registro de óbitos de cônjuges e filhos para os quais faltam os respectivos casamentos e batismos.

Percebemos, portanto, que Antônio manteve seu contingente escravo recorrendo fortemente à compra de africanos, e aparentemente não incentivava a reprodução, mesmo quando originado de mães solteiras. É claro, evidentemente, que o número de batismos não traduz o número de escravos que chegaram à idade adulta. Dentre as 42 crianças cativas batizadas por Francisco, pelo menos 15 faleceram nos primeiros meses ou anos de vida, mas a busca nominal nas listas nominativas de habitantes permite que desconfiemos que este número ultrapassa facilmente os 30 casos. Uma mortalidade elevadíssima, como é de se esperar, fazendo com que a reposição natural de mão-de-obra, além de demorada (até atingir-se a idade adulta), fosse bastante ineficiente. Mesmo assim, Francisco permitia que seus escravos tivessem condição de casar e gerar filhos: o casal Joaquim e Fabiana teve nove filhos entre 1798 e 1823. Outros casais de sua senzala também viveram o suficiente para trazer ao mundo diversos filhos: José e Ana tiveram seis filhos, Sebastião e Faustina tiveram cinco.

Tabela 2 – Naturalidade dos cônjuges escravos, 1790-1830				
Irmãos	Africanos x Africanos	Crioulos x Crioulos	Africanos x Crioulos	Não identificados
Antônio GF	9	2	1	1
José GF	4	1	-	-
Joaquim GF	5	1	5	1
Francisco GF	11	1	4	-
João GF	8	2	-	-

A comparação entre as escravarias dos cinco irmãos permite detectar práticas senhoriais distintas. Cabe lembrar que a historiografia da escravidão no Brasil manteve um longo debate sobre a ocorrência do matrimônio escravo. Por um lado, argumenta-se que o casamento não passava de uma concessão senhorial, com vistas a garantir a paz nas senzalas (Florentino e Góes, 1997). Em contraposição, há a posição que postula

que o casamento é uma conquista do escravo (Slenes, 1999). No final das contas, caberia uma posição intermediária, em que o casamento – e a escolha dos padrinhos de batismo – seria alcançado através de uma negociação política entre as partes, entre o senhor e seus escravos. Disto resultaria situações díspares de uma senzala para outra, frutos de arranjos particulares a cada uma delas (Bacellar, 2007).

A multiplicidade de possíveis soluções de compromisso é perceptível pelo exame dos matrimônio de escravos das cinco propriedades que acompanhamos. A Tabela 3 indica que os africanos eram maioria entre os cativos em idade para casar, entre 14 e 60 anos, e, portanto, os casamentos entre eles deveriam ser majoritários. O que diferencia as escravarias dos irmãos é a opção por casamentos de homens africanos com mulheres crioulas. Joaquim e Francisco tinham, em suas senzalas, estas uniões mistas, enquanto que José e João não, e Antônio contava com somente uma. Se considerarmos que havia alguma negociação entre senhor e escravos para acertar as uniões conjugais, podemos imaginar que, para alguns irmãos, unir africanos a nacionais poderia ser visto como um meio para a integração dos recém-chegados ao novo ambiente.

Tabela 3 – Origem dos escravos com idade de 14 a 60 anos			
		1801	1830
Antônio GF	Africanos	-	32
	Crioulos	-	4
José GF	Africanos	13	-
	Crioulos	6	-
Joaquim GF	Africanos	16	32
	Crioulos	7	4
Francisco GF	Africanos	16	23
	Crioulos	2	4
João GF	Africanos	6	0
	Crioulos	21	6

Os senhores, ao comprar africanos, podiam colocar em prática suas concepções acerca do casamento de cativos. O caso de Joaquim é bastante ilustrativo: em 28 de outubro de 1828 batiza nada menos que doze africanos, seis mulheres e seis homens. Passados pouco mais de dois meses, cinco dessas mulheres são levadas ao altar, em cerimônia coletiva, de modo a se casarem com um companheiro de viagem e outros quatro que já viviam naquela senzala. Estas mulheres, recém-chegadas – considerando-se que de fato haviam chegado pouco antes do batismo – foram reunidas a companheiros africanos, e não a crioulos. Bastante interessante é que, ao serem batizados, estes doze africanos tiveram como padrinhos dez crioulos, cinco forros e seis africanos¹⁴. Portanto, no compadrio optou-se pela integração com os naturais do Brasil e com os libertos, reservando um lugar secundário aos africanos. Este tipo de cerimônias coletivas acontecia ao se batizar africanos recém-chegados, e em casamentos. João Galvão de França, por exemplo, teve três casais de africanos constituídos na mesma cerimônia, em 28 de fevereiro de 1802.

Uma última possibilidade de análise do processo de organização familiar no interior das senzalas diz respeito à prática do compadrio. Tal como nas uniões conjugais, podemos suspeitar que a escolha de padrinhos não se fazia totalmente à revelia do senhor. Embora escravos pudessem circular, em alguns momentos, fora da propriedade senhorial, e até mesmo pudessem frequentar o núcleo urbano da vila, é cabível imaginar que os senhores não deixassem de controlar, vigiar essas escolhas. Haveria, supomos, também no compadrio, alguma forma de negociação entre o senhor e seus cativos. Isso justificaria práticas diferenciadas de escolha de compadres em cada senzala. Em algumas, predominavam padrinhos da mesma senzala, enquanto que em outras, escravos de outros senhores. E ainda houve casos de predominância de padrinhos livres. Em geral o senhor não apadrinhava seus cativos, mas havia exceções (Bacellar, 2007). Tamanha diversidade na montagem de redes de compadrio sugere, até prova em

¹⁴ Em três dos batismos as madrinhas não foram informadas.

contrário, que havia algum tipo de interferência senhorial no processo de escolha desses padrinhos.

Os padrinhos dos escravos de Antônio Galvão de França eram, em sua esmagadora maioria, escravos ou libertos - 35 casos ¹⁵ -, contra somente oito padrinhos livres; apenas quatro familiares se faziam presentes. E nenhuma participação do senhor como padrinho. Na senzala de seu irmão José, a prática era diversa: dos 41 compadres, 13 eram membros da família, nove escravos da mesma senzala e 11 escravos de sua sogra; nenhuma participação direta do senhor, mas sim indireta, via parentes e cativos. Para os demais irmãos Galvão de França – João, Joaquim e Francisco – o panorama repete a ausência do senhor como padrinho.

Se observarmos a participação dos escravos dos irmãos agindo como padrinhos, nos deparamos com situações distintas. Os irmãos Francisco e Joaquim, cunhados entre si, tinham seus cativos bastante integrados, além de também relacionados proximamente com os escravos da sogra, d. Maria Dias Leite. Segundo as listas de habitantes, tinham suas propriedades vizinhas, facilitando o contato. Escravos de Joaquim foram padrinhos em oito batizados, dois quais três de cativos de seu irmão e três de sua sogra. Os escravos de Francisco, por outro lado, apadrinharam em dez ocasiões, sendo um de escravo de Francisco e cinco de sua sogra, além de dois de seu cunhado Manuel de Campos e Almeida. Formavam, assim, Francisco, Joaquim e a sogra um grupo de interação através do compadrio de seus escravos.

Já os escravos de João Galvão de França apadrinharam somente quatro vezes, sempre para cativos de parentes: o irmão José, o cunhado Manuel e duas vezes a sogra Ana de Araújo. Segundo os registros, os escravos do irmão Antônio eram os mais ausentes do *mercado* de padrinhos: cinco casos, sendo um em 1813, batizando um cativo de seu genro Fernando de Barros, e os demais quatro em uma única data, em dezembro de 1819, quando seu casal de escravos Bento e Ricarda apadrinham quatro

¹⁵ Muitos provavelmente companheiros de senzala, embora não identificados enquanto tal. Alguns puderam ser confirmados através das listas de habitantes.

africanos comprados por outro senhor de engenho não aparentado, José Gonçalves de Almeida.

As diferenças também afloram quando observamos a presença de escravos dos irmãos atuando como testemunhas de matrimônio de outros escravos. Há uma nítida diferença entre as ocorrências: há 23 matrimônios em que escravos de Antônio de Galvão de França atuam com testemunhas, e 22 para os escravos de seu irmão Francisco. Para os cativos dos demais irmãos, as atuações como testemunhas são bem mais rarefeitas: doze casos para Joaquim, dez para João e apenas sete para José. Políticas senhoriais distintas, autorizando ou não seus escravos a participarem das cerimônias, ou maior e menor distância para a igreja matriz, dificultando o acesso? No atual estágio da análise não dispomos de resposta.

Mesmo quando os irmãos Galvão atuavam como padrinhos detectamos diferenças. Antônio e Francisco atuaram como padrinhos de cativos oito vezes cada um, enquanto seus irmãos são menos frequentes: José (três vezes), Joaquim (uma vez) e João (uma vez) não se preocupavam em estabelecer tais vínculos, ou não eram procurados para apadrinharem. Se consideradas as participações como padrinhos em batismos totais, de livres e escravos, descobrimos que Antônio era o mais frequente, com 25 eventos, enquanto que José era o mais ausente, sendo padrinho somente oito vezes. Mais uma vez, opções diferenciadas.

Para concluir, é preciso alertar que muitos das informações aqui discutidas merecem análise mais aprofundada. Se fomos capazes de identificar com certo rigor o parentesco de cônjuges e senhores de escravos para com os irmãos Galvão de França, o mesmo não foi plenamente efetivado para os senhores de escravos não aparentados. Senhores de engenho foram mais rapidamente identificados, enquanto que pequenos proprietários, que aparecem nos registros, ainda não foram melhor caracterizados: seria uma investigação longa, principalmente pela precária qualidade de alguns registros paroquiais.

Seja como for, o que já se dispõe no momento permite caracterizar ações em comum ou diferenciadas entre os irmãos Galvão de França. Agiram em comum no processo de migração para Itu, e em comum tiveram a oportunidade de se casar com jovens da elite local, à exceção de João. Todos se transformaram em senhores de engenho, certamente não os mais ricos da vila, mas sim pertencendo a um segmento de médias posses dessa elite agrária e escravista. Amealharam riqueza, e montaram suas escravarias. Senhores desses cativos, desenvolveram estratégias não coincidentes entre si. Alguns dos irmãos parecem ter tido preocupação em estabelecer, através da construção de redes de compadrio, via compadrio, laços de sociabilidade; outros parecem não ter tido grande preocupação. Aqui se diferenciaram, sugerindo fortemente que cada senhor estabelecia suas políticas escravistas, permitindo ou impedindo que seus cativos participassem dessas redes. Essa negociação entre senhor e escravos permanece pouco discutida, mas pensamos que as questões aqui apontadas permitem que se vislumbre uma variabilidade de opções. Seria interessante, no futuro, buscar observar o destino da geração dos filhos dessa irmandade, que, em sua grande maioria, migram para novas vilas que surgem a Oeste de Itu, abrindo suas novas fazendas de cana-de-açúcar ou café. O sucesso dos pais certamente resultou, como parece indicar os dados genealógicos, que os filhos lograram alcançar uniões conjugais de prestígio. Sinal de que a estratégia dos pais, apesar de eventuais diferenças, foi eficiente.

Bibliografia

Bacellar, Carlos A. P. (2007). *Criando porcos e arando a terra: família e compadrio entre os escravos de uma economia de abastecimento (São Luís do Paraitinga, Capitania de São Paulo, 1773-1840)*. Trabalho apresentado no III Encontro “Escravidão e Liberdade no Brasil Meridional”, Florianópolis, Santa Catarina.

Bacellar, Carlos A. P. (2011). Escravidão e compadrio em São Paulo colonial, século XVIII. In: Mónica Ghirardi; Francisco Chacón Jiménez. (org.). *Dinámicas familiares en el contexto de los Bicentenarios Latinoamericanos*. Córdoba, Argentina: CIECS/CONICET-UNC, p. 145-164.

Bacellar, Carlos A. P. (1997). *Os senhores da terra: família e sistema sucessório entre os senhores de engenho do Oeste paulista, 1765-1855*. Campinas: CMU/Unicamp.

Florentino, Manolo (1995). *Em costas negras: uma história do tráfico atlântico de escravos entre a África e o Rio de Janeiro, séculos XVIII e XIX*. Rio de Janeiro: Arquivo Nacional.

Florentino, Manolo, e José Roberto Góes (1997). *A paz das senzalas: famílias escravas e tráfico atlântico, Rio de Janeiro, c.1790 - c.1850*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira.

Petrone, Maria Thereza. S. (1968). *A lavoura canavieira em São Paulo: expansão e declínio (1765-1851)*. São Paulo: Difel.

Repertório das sesmarias (1994). Edição fac-similar. São Paulo: Divisão de Arquivo do Estado.

Slenes, Robert W. (1999). *Na senzala, uma flor: esperanças e recordações na formação da família escrava, Brasil Sudeste, século XIX*. Rio de Janeiro: Nova Fronteira.